# Concessionária
# Bahia Norte S.A.

**Relatório dos auditores independentes**
**sobre as Demonstrações financeiras**
**em 31 de dezembro de 2015.**

pwc

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Concessionária Bahia Norte S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Bahia Norte S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

## Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

## Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



*PricewaterhouseCoopers, Av. Tancredo Neves 620, 30º e 34º, Ed. Empresarial Mundo Plaza, Caminho das Árvores, Salvador, BA, Brasil 41820-020, T: (71) 3319-1900, F: (71) 3417-7698,* www.pwc.com.br

Concessionária Bahia Norte S.A.

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Bahia Norte S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Ênfase**

Conforme mencionado na Nota explicativa 1 às demonstrações financeiras, desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal, no contexto da chamada Operação Lava Jato, que investiga, principalmente, práticas relacionadas a corrupção e lavagem de dinheiro e que envolvem empresas, ex-executivos e executivos do Grupo Odebrecht e do Grupo OAS, os quais são, respectivamente, acionistas diretos e indiretos da Companhia. Essas investigações encontram-se em andamento, não havendo como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras. As demonstrações financeiras da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desses assuntos e nossa opinião não está modificada em relação a esses temas.

**Outros assuntos**

**Informação suplementar - demonstração do valor adicionado**

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Salvador, 26 de abril de 2016

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" BA

Vinicius Ferreira Britto Rego
Contador CRC BA024501/O-9

# Concessionária Bahia Norte S.A.

## Balanço patrimonial em 31 de dezembro

Em milhares de reais

| Ativo | 31 de dezembro de 2015 | 31 de dezembro de 2014 | Passivo e patrimônio líquido | 31 de dezembro de 2015 | 31 de dezembro de 2014 |
|---|---|---|---|---|---|
| Circulante | | | Circulante | | |
| Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6) | 2.778 | 1.496 | Fornecedores (Nota 11) | 11.896 | 1.856 |
| Aplicações financeiras (Nota 7) | 18.718 | 42.338 | Empréstimos e financiamentos (Nota 12) | 15.394 | 13.116 |
| Contas a receber (Nota 8) | 8.620 | 5.049 | Debêntures (Nota 12) | 4.660 | 1.622 |
| Adiantamentos a fornecedores | 64 | 115 | Tributos a recolher | 2.388 | 1.164 |
| Despesas antecipadas | 1.536 | 1.294 | Obrigações sociais e trabalhistas (Nota 13) | 3.310 | 3.569 |
| Tributos a recuperar e outros | 1.759 | 856 | Outros passivos | 296 | |
| | 33.475 | 51.148 | | 37.944 | 21.327 |
| Não circulante | | | Não circulante | | |
| Realizável a longo prazo | | | Empréstimos e financiamentos (Nota 12) | 499.688 | 506.287 |
| Depósitos judiciais | 2.147 | 1.929 | Debêntures (Nota 12) | 31.862 | 36.325 |
| Fundos restritos (Nota 12 (iii)) | 20.215 | 22.778 | Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 20 (a)) | 6.647 | 6.324 |
| | | | Provisão para contigências (Nota 14) | 401 | 348 |
| | 22.362 | 24.707 | Provisão para conserva especial | 1.852 | |
| | | | | 540.450 | 549.284 |
| Imobilizado (Nota 9) | 588 | 1.163 | Patrimônio líquido (Nota 15) | | |
| Intangível (Nota 10) | 734.088 | 647.311 | Capital social | 247.000 | 181.000 |
| | | | Prejuízos acumulados | (34.881) | (27.282) |
| | 757.038 | 673.181 | | | |
| | | | | 212.119 | 153.718 |
| **Total do ativo** | 790.513 | 724.329 | **Total do passivo e do patrimônio líquido** | 790.513 | 724.329 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Concessionária Bahia Norte S.A.

## Demonstração do resultado
## Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| | 2015 | 2014 |
|---|---|---|
| **Operações continuadas** | | |
| Receitas, líquidas (Nota 17) | 230.672 | 218.889 |
| Custo de construção (Nota 18 (a)) | (122.656) | (117.229) |
| Custo de serviços prestados (Nota 18 (b)) | (71.305) | (56.424) |
| **Lucro bruto** | 36.711 | 45.236 |
| Gerais e administrativas (Nota 19) | (13.158) | (14.873) |
| Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas | (27) | 149 |
| **Lucro operacional** | 23.526 | 30.512 |
| Receita financeira (Nota 21) | 5.983 | 9.496 |
| Despesa financeira (Nota 21) | (36.785) | (35.953) |
| **Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social** | (7.276) | 4.055 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 20 (b)) | (323) | (3.851) |
| **Lucro (prejuízo) do exercício** | (7.599) | 204 |
| Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares) | 231.556 | 173.289 |
| Lucro (prejuízo) do exercício por lote de mil ações do capital social (em R$) | (0,033) | 0,001 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Concessionária Bahia Norte S.A.

## Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais

| | Capital social | Prejuízos acumulados | Total |
|---|---|---|---|
| **Em 1º de janeiro de 2014** | 115.000 | (27.486) | 87.514 |
| Aumento de capital | 66.000 | | 66.000 |
| Lucro líquido do exercício | | 204 | 204 |
| **Em 31 de Dezembro de 2014** | 181.000 | (27.282) | 153.718 |
| **Em 1º de janeiro de 2015** | 181.000 | (27.282) | 153.718 |
| Aumento de capital | 66.000 | | 66.000 |
| Prejuízo do exercício | | (7.599) | (7.599) |
| **Em 31 de Dezembro de 2015** | 247.000 | (34.881) | 212.119 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Concessionária Bahia Norte S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa
## Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

| | 2015 | 2014 |
|---|---|---|
| **Fluxos de caixa das atividades operacionais** | | |
| (Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e contribuição social | (7.276) | 4.055 |
| **Ajustes** | | |
| Margem de construção | (1.248) | (1.187) |
| Depreciação e amortização | 35.540 | 24.641 |
| Amortização de seguros | 787 | 750 |
| Amortização do custo de captação | 327 | 523 |
| Juros e variações monetárias | 35.081 | 31.897 |
| Provisão para creditos de liquidação duvidosa | 207 | |
| Provisão para conserva especial | 1.852 | |
| Provisão para contigências | 53 | 348 |
| Perda na alienação de imobilizado | 73 | 312 |
| | 65.396 | 61.339 |
| **Variação dos ativos e passivos** | | |
| Contas a receber | (3.778) | (1.139) |
| Adiantamentos a fornecedores | 51 | 27 |
| Despesas antecipadas | (1.029) | (1.317) |
| Tributos a recuperar e outros | (903) | (361) |
| Depósitos judiciais | (59) | 633 |
| Fornecedores | 10.040 | (11.850) |
| Tributos a recolher | 1.224 | (566) |
| Obrigações sociais e trabalhistas | (259) | 212 |
| Outros passivos | 296 | |
| | 70.979 | 46.978 |
| Juros pagos - empréstimos | (38.552) | (39.653) |
| **Caixa líquido proveniente das atividades operacionais** | 32.427 | 7.325 |
| **Fluxo de caixa das atividades de investimentos** | | |
| Aplicação financeira | 23.620 | 15.640 |
| Adições ao intangível | (117.511) | (121.205) |
| Adições ao imobilizado | (190) | (729) |
| **Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos** | (94.081) | (106.294) |
| **Fluxo de caixa das atividades de financiamentos** | | |
| Amortização de empréstimo | (11.149) | (4.784) |
| Amortização de debêntures | (1.500) | |
| Aumento de capital | 66.000 | 66.000 |
| Adição (utilização do) ao fundo restrito | 2.787 | (3.683) |
| Captação de empréstimos | 6.798 | 40.558 |
| **Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos** | 62.936 | 98.091 |
| **Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa** | 1.282 | (878) |
| **Caixa e equivalentes de caixa no início do período** | 1.496 | 2.374 |
| **Caixa e equivalentes de caixa no final do período** | 2.778 | 1.496 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Concessionária Bahia Norte S.A.

## Demonstrações dos valores adicionados – Informações suplementares
## Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

| | 2015 | 2014 |
|---|---|---|
| **Receitas** | 241.109 | 228.880 |
| **Insumos adquiridos de terceiros** | | |
| Custos gerais, materiais, energia e outros | (141.314) | (135.804) |
| Serviços de terceiros e outros operacionais | (6.510) | (4.826) |
| | (147.824) | (140.630) |
| **Valor adicionado bruto** | 93.285 | 88.250 |
| Depreciação e amortização | (35.540) | (24.641) |
| Amortizações de seguros | (772) | (750) |
| **Valor adicionado líquido produzido pela companhia** | 56.973 | 62.859 |
| **Valor adicionado recebido em transferência** | | |
| Receitas financeiras | 5.983 | 9.497 |
| **Valor adicionado total a distribuir** | 62.956 | 72.356 |
| **Distribuição do valor adicionado** | | |
| Pessoal | 19.201 | 18.712 |
| Remuneração direta | 14.178 | 13.923 |
| Benefícios | 3.982 | 3.899 |
| FGTS | 1.041 | 890 |
| Impostos, taxas e contribuições | 13.803 | 16.555 |
| Federais | 7.864 | 11.028 |
| Municipais | 5.939 | 5.527 |
| Remuneração de capitais de terceiros | 37.551 | 36.885 |
| Juros | 36.695 | 35.953 |
| Aluguéis | 803 | 864 |
| Doações e patrocínio | 53 | 68 |
| Remuneração de capitais próprios | (7.599) | 204 |
| (Prejuízo) lucro do exercício | (7.599) | 204 |
| **Valor adicionado distribuído** | 62.956 | 72.356 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 1 Informações Gerais

A Concessionária Bahia Norte S.A. ("Bahia Norte" ou "Companhia") é uma Sociedade de capital fechado, constituída em 29 de junho de 2010, que tem como objeto social, específica e exclusivamente, a exploração e operação do sistema rodoviário composto por trechos das rodovias BA093, BA512, BA521, BA524, BA526 e BA535, seus acessos, faixas de domínio, edificações e terrenos, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas ("Sistema Rodoviário"), tudo em conformidade com as condições do contrato de concessão firmado entre o Estado da Bahia, o Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia ("DERBA"), a Agência Estadual de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações do Estado da Bahia ("AGERBA", em conjunto com o Estado da Bahia e DERBA, o "Poder Concedente"), pelo prazo de 25 anos.

A Companhia é uma sociedade por ações, estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede e foro em Salvador, no Estado da Bahia.

A Companhia é controlada em conjunto pela Odebrecht Transport S.A. ("OTP") e pela Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A - INVEPAR ("INVEPAR"), as quais possuem 50% de participação no capital social, respectivamente.

Em 25 de setembro de 2014 foi assinado o 2º termo aditivo ao Contrato de Concessão nº 01/2010 com finalidade de incluir o trecho situado entre o km 18,5 da BA-526 e o km 8,5 da BA 099 com extensão de 11,20 km, para a Concessionária construir, operar e manter a Rodovia, que será denominada Via Expressa de Lauro de Freitas. Como consequência a área de total concedida passará a ser 132,65 km. Em decorrência dos novos investimentos, para recompor o equilíbrio econômico financeiro da concessão, fica aditado em 5 (cinco) anos a vigência do Contrato, passando de 25 para 30 anos.

Em 31 de dezembro de 2015, a companha apresentava excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes, no montante de R$ 4.469, principalmente em virtude das obrigações de curto prazo com financiamento e debêntures no montante de R$ 20.054 e ainda obrigações com o consorcio construtor no valor de R$ 7.806. Para assumir essas obrigações, a companhia já tem contratado junto ao Banco do Nordeste Brasileiro ("BNB") financiamento no montante de R$ 182 milhões, já tendo sido liberado R$ 54 milhões em fevereiro de 2016 e R$ 26 milhões que estão em negociação junto a Desenbahia. A previsão é que sejam liberados R$ 154 milhões até o fim do exercício. Os financiamentos serão utilizados nas obras da Via Metropolitana Lauro de Freitas.

Como é de conhecimento público, desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas, no contexto da chamada Operação Lava Jato, que investiga, principalmente, práticas relacionadas a corrupção e lavagem de dinheiro, e que envolvem empresas, ex-executivos e executivos do Grupo Odebrecht e do Grupo OAS, os quais são acionistas diretos e indiretos, respectivamente, da Companhia. A Companhia não foi objeto de nenhuma ação direta por parte das autoridades. Considerando que as investigações ainda estão em andamento, não há como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras.

A emissão das demonstrações financeiras intermediarias condensadas foi autorizada pela diretoria em 26 de abril de 2016.

## 2 Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

### 2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

A Companhia não possui outros resultados abrangentes em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 além do prejuízo dos exercícios. Desta forma, a demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada nestas datas.

### 2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor (Nota 6).

### 2.3 Ativos financeiros

#### 2.3.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros como empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem “Caixa e equivalentes de caixa” (Nota 6), Aplicações financeiras” (Nota 7), “Contas a receber” (Nota 8), “Deposito judicial” e “Fundos restritos” (Nota 12).

#### 2.3.2 Reconhecimento e mensuração

Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

### 2.4 Adiantamentos a fornecedores

Os adiantamentos a fornecedores são demonstrados aos valores de custo e representam valores concedidos a fornecedores, para atender às cláusulas contratuais (Nota 10).

## 2.5 Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber são registradas pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio, com prazo de recebimento inferior a 40 dias. Caso seja julgado necessário, é constituída provisão para perdas de créditos de liquidação duvidosa ("PCL").

## 2.6 Despesas antecipadas

As despesas antecipadas são compostas por prêmios de seguros a apropriar avaliadas ao custo, líquidas das apropriações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro e custo de captação de financiamentos ainda não liberados.

## 2.7 Depósitos judiciais

Trata-se basicamente de depósito judicial realizado para ações de desapropriação e indenizações de benfeitorias na faixa de domínio, cujo o objeto mais significativo é área total de 3.839,39 m2 localizado na Rodovia Ba 526, km 11, bem como a ocupação e acessões.

## 2.8 Demais ativos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação. Se o prazo de realização é equivalente a um ano ou menos os demais ativos são classificados no ativo circulante do contrário estão apresentados no ativo não circulante.

## 2.9 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de *hedge* de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança.

O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil estimada, como segue:

| | Anos |
|---|---|
| Móveis e utensílios | 10 |
| Computadores e periféricos | 5 |
| Veículos | 3 - 5 |

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, quando aplicável, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável, se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 9).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

## 2.10 Intangível

### 2.10.1 Ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão

Os ativos intangíveis construídos em decorrência do contrato de concessão são registrados conforme Interpretação Técnica ICPC 01, item 17, relativo à estimativa do valor justo de construção e outros custos incorridos na infraestrutura.

O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrentes de contratos de concessão está sujeito a pressupostos e estimativas, bem como a utilização de diferentes premissas, e poderá vir a afetar os saldos registrados.

A vida útil estimada dos ativos remanescentes também exige pressupostos e estimativas, onde alterações nas circunstâncias futuras, poderiam afetar a vida útil remanescente dos ativos intangíveis e podem ter um impacto significativo nos resultados de operações futuras (Nota 10).

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando estiver disponível para ser utilizado nas operações da Companhia. A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através de projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo (Nota 10).

Os juros referentes aos financiamentos, que são diretamente atribuíveis a construção, são capitalizados como parte do ativo intangível, liquido dos fundos restritos, conforme CPC 20.

## 2.11 *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment).* Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustado por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

### 2.12 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço (Nota 12).

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

### 2.13 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante (Nota 11).

### 2.14 Demais passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes das operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeito relevante.

### 2.15 Imposto de renda e contribuição social diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras e são determinados usando alíquotas de imposto (base a legislação fiscal) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

A Companhia não constitui imposto de renda e contribuição social ativo diferido sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, uma que vez, no atual estágio de suas operações, não possui

evidências suficientes para comprovar a existência de disponibilidade de lucro tributável suficiente para compensação futura dos prejuízos fiscais não utilizados.

### 2.16 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

### 2.17 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas levando em consideração as especificações da prestação de serviço.
As receitas provenientes de pedágios e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos usuários e corresponde ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

### (i) Receita de contratos de construção

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 17 - Contratos de Construção, segundo o método de custo acrescido de margem.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método de custo acrescido da margem. A receita é reconhecida pela margem anual de 1 % sobre os custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão, apurada pela combinação dos custos de supervisão, risco do negócio e gerenciamento dos subcontratados.

Quando o encerramento de um contrato de construção não puder ser estimado de forma confiável, a receita é reconhecida de forma limitada aos custos incorridos que serão recuperados.

### 2.18 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Não há outras normas ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Empresa.

### 2.19 Provisão de conserva especial

A Companhia reconheceu em 2015 a provisão para recuperar a infraestrutura em condição normal de operação antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão. A provisão foi constituída considerando os investimentos previstos no contrato de concessão para os últimos 5 anos da concessão, descontados a valor presente à taxa de 13,8 % ao ano, correspondentes às taxas de captação de empréstimos, e apropriados pelo prazo remanescente de concessão de 30 anos. Esta provisão para conserva especial está registrada pela melhor estimativa dos gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

## 3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na expectativa histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

### 3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

### (a) Perda (*Impairment*) estimada de ativos financeiros e não financeiros

A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não foram identificadas pela administração, evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de impairment, os ativos financeiros.
Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustado por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não foram identificadas pela administração, evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de impairment, os ativos não financeiros.

### (b) Reconhecimento de Receita

Na apuração do valor justo da receita de contratos de construção a Companhia utilizou o custo total incorrido, mais margem de lucro estimada pela administração, sendo utilizado para se chegar ao valor final o método de cálculo por dentro.

A margem de construção foi definida considerando a divisão entre os custos de monitoramento e gestão despendidos pela companhia e o total de investimentos previstos, conforme fundamentado por avaliação da engenharia da Concessionária.

### (c) Determinação da amortização dos ativos intangíveis

A Companhia, para as demonstrações financeiras anuais no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, estimou como base para amortização a curva de tráfego.

A administração efetuou um estudo da curva de tráfego e a partir de 1º de janeiro de 2014, passou a reconhecer o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão, através da projeção de curva de tráfego, limitado ao prazo final da respectiva concessão. A administração

reconhece esse método como o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo, sendo essa prática também utilizada pelas principais Companhias do segmento. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão. A adoção deste método de amortização é uma mudança de estimativa, conforme estabelecido no CPC 23.

Os demais ativos, com vida útil inferior ao prazo de concessão, são amortizados pelo método linear de acordo com sua vida útil econômica.

**(d) Passivo contingente**

A companhia reconhecerá passivo contingente sempre que a perda puder ser razoavelmente estimada. Na hipótese em que o montante envolvido não possa ser razoavelmente estimado, toda e qualquer informação relevante será divulgada, em nota explicativa, expondo os riscos em que a companhia está sujeita.

**(e) Imposto de renda e contribuição social**

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, prejuízo fiscal e base negativa, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A Companhia não reconhece imposto de renda e contribuição social diferidos ativos por não possuir histórico de lucratividade e por não haver projeções dos lucros tributáveis futuros de curto prazo.

## 4 Gestão de risco financeiro

### 4.1 Fatores de risco financeiro

**(a) Considerações gerais**

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, contas a pagar a fornecedores e empréstimos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

### 4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial com a dívida líquida.

Em 2015, a estratégia da companhia foi a de manter o índice de alavancagem financeira entre 70% e 80% e uma classificação de crédito Baa1 na escala de Moody's.

Os índices de alavancagem em 31 de dezembro podem ser assim sumariados:

| | 31 de dezembro de 2015 | 31 de dezembro de 2014 |
|---|---|---|
| Montante total da dívida (Nota 12) | 551.604 | 557.350 |
| Menos Caixa e equivalente de caixa (Nota 6) | (2.778) | (1.496) |
| Menos Aplicação financeira (Nota 7) | (18.718) | (42.338) |
| Menos Fundo restrito (Nota 12 (iii)) | (20.215) | (22.778) |
| Dívida líquida | 509.893 | 490.738 |
| Total do patrimônio líquido | 212.119 | 153.718 |
| Total do capital | 722.012 | 644.456 |
| Índice de alavancagem financeira (%) | 71 | 76 |

## 5 Instrumentos financeiros por categoria

**Empréstimos e recebíveis**

| | 31 de dezembro de 2015 | 31 de dezembro de 2014 |
|---|---|---|
| Ativo, conforme o balanço patrimonial | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 2.778 | 1.496 |
| Aplicação financeira | 18.718 | 42.338 |
| Contas a receber | 8.620 | 5.049 |
| Depósitos judiciais | 2.147 | 1.929 |
| Fundo restrito | 20.215 | 22.778 |
| | 52.478 | 73.590 |

**Outros passivos financeiros**

| | 31 de dezembro de 2015 | 31 de dezembro de 2014 |
|---|---|---|
| Passivo, conforme o balanço patrimonial | | |
| Fornecedores | 11.896 | 1.856 |
| Empréstimos e financiamentos | 515.082 | 519.403 |
| Debêntures | 36.522 | 37.947 |
| | 563.500 | 559.206 |

## 6 Caixa e equivalentes de caixa

| | 31 de dezembro de 2015 | 31 de dezembro de 2014 |
|---|---|---|
| Fundo de troco | 370 | 370 |
| Bancos conta movimento | 2.303 | 988 |
| Numerário em trânsito | 105 | 138 |
| | 2.778 | 1.496 |

## 7 Aplicação financeira

O valor de R$ 18.718 (R$ 42.338 em 31 de dezembro de 2014), registrado na rubrica de aplicação financeira em 31 de dezembro de 2015, é referente ao saldo residual dos recursos captados através de financiamento, o qual será utilizado para realização de investimentos em infraestrutura. Esta aplicação é mantida junto ao banco BNB e é remunerada a 99% do CDI.

## 8 Contas a receber

| | 31 de dezembro de 2015 | 31 de dezembro de 2014 |
|---|---|---|
| PEX S.A. (i) | 1.838 | 3.274 |
| Conectcar S.A.(i) | 417 | 500 |
| DB Trans S.A. (ii) | 170 | 233 |
| Sem Parar (i) | 2.700 | 176 |
| Outros | 3.495 | 866 |
| | 8.620 | 5.049 |

(i) Contas a receber oriundas das transações de AVI (*automatic vehicle identification*) representam pagamentos efetuados pelos usuários mediante créditos previamente adquiridos das empresas habilitadas PEX S.A. e Conectcar S.A.

(ii) Contas a receber oriundas das transações de vale pedágio representam pagamentos efetuados pelos usuários mediante créditos de vale pedágio previamente adquiridos da empresa habilitada DB Trans S.A.

## 9 Imobilizado

### (i) Composição

| | | 31 de dezembro de 2015 | | | 31 de dezembro de 2014 |
|---|---|---|---|---|---|
| | Taxas anuais de depreciação | Custo | Depreciação acumulada | Líquido | Líquido |
| Móveis e utensílios | 10% | 816 | (262) | 554 | 494 |
| Computadores e periféricos | 20% | 2.479 | (2.468) | 11 | 546 |
| Veículos | 20% | 90 | (67) | 23 | 123 |
| | | 3.385 | (2.797) | 588 | 1.163 |

### (ii) Movimentação do imobilizado

| | 31 de dezembro de 2015 | 31 de dezembro de 2014 |
|---|---|---|
| **Saldo no início do período** | 1.163 | 1.904 |
| (+) Adição | 190 | 729 |
| (-) Baixa | (73) | (312) |
| (-) Depreciação | (690) | (679) |
| (-) Transferência para intangível | (2) | (479) |
| **Saldo no final do período** | 588 | 1.163 |

## 10 Intangível

### (i) Composição

| | Taxas anuais de amortização (%) | Custo | Amortização Acumulada | 31 de dezembro de 2015 Líquido | 31 de dezembro de 2014 Líquido |
|---|---|---|---|---|---|
| **Intangível em infraestrutura** | | | | | |
| Edifícios e instalações | (*) | 128.470 | (16.336) | 112.134 | 114.496 |
| Pavimentações e conservação especial | (*) | 522.855 | (70.732) | 452.123 | 319.415 |
| *Hardware* e equipamentos de pedágio | 20,00 | 8.668 | (4.632) | 4.036 | 4.822 |
| Desapropriações | (*) | 20.926 | (1.418) | 19.508 | 16.308 |
| Máquinas e equipamentos | 10,00 | 7.340 | (3.265) | 4.075 | 4.687 |
| Veículos | 33,33 | 1.258 | (1.249) | 9 | 589 |
| Meio ambiente e elementos de segurança | (*) | 9.239 | (296) | 8.943 | 7.102 |
| Obras em andamento | (*) | 123.486 | | 123.486 | 167.804 |
| | | 822.242 | (97.928) | 724.314 | 635.223 |
| **Outros intangíveis** | | | | | |
| Adiantamento a fornecedor (Nota 22) | | 9.547 | | 9.547 | 11.825 |
| *Softwares* adquiridos de terceiros | 20,00 | 360 | (179) | 181 | 217 |
| Marcas e patentes | | 46 | | 46 | 46 |
| | | 9.953 | (179) | 9.774 | 12.088 |
| | | 832.195 | (98.107) | 734.088 | 647.311 |

(*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão foi reconhecida na rubrica de custos do serviço prestados considerando a projeção de curva de tráfego ou método linear, conforme a vida útil econômica do bem. Os itens referentes ao contrato de concessão são edifícios e instalações, pavimentações e conservação especial, desapropriações e meio ambiente e elementos de segurança. A média ponderada esperada para amortização dos ativos referentes ao contrato de concessão para o exercício de 2015 é de R$ 2,03%.

Também são itens do contrato, mas com vida útil inferior ao período de concessão, hardware e equipamentos de pedágio, máquinas e equipamentos, veículos e software adquiridos de terceiros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram capitalizados juros referentes aos financiamentos, liquido dos juros dos fundos restritos, no valor de R$ 2.866 (R$ 6.348 em 31 de dezembro de 2014).

**(a) Contrato de concessão -Infraestrutura**

O custo relativo à infraestrutura é calculado pela apropriação do custo incorrido na formação do intangível acrescido da margem de construção (1%) e refere-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao Poder Concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão.

**(ii) Movimentação do intangível**

| | 31 de dezembro de 2015 | 31 de dezembro de 2014 |
|---|---|---|
| **Saldo no início do período** | 647.311 | 543.183 |
| (+) Adição | 121.625 | 127.611 |
| (-) Amortização | (34.850) | (23.962) |
| (+) Transferencia do imobilizado | 2 | 479 |
| **Saldo no final do período** | 734.088 | 647.311 |

**11 Fornecedores**

| | 31 de dezembro de 2015 | 31 de dezembro de 2014 |
|---|---|---|
| Consórcio Sistema Ba 093 | 7.806 | |
| Fiscal Tecnologia e Automação Ltda | 69 | |
| Concreta Tecnologia e engenharia Ltda | 850 | |
| Engos Engenharia Ltda | 296 | |
| Pisartt Construtora Ltda | 242 | 242 |
| Agerba - Agencia Estadual de Regulação | 276 | 255 |
| Paisartt Construtora Ltda | 242 | 242 |
| Vitalmed Resgate Médico Ltda | 219 | 203 |
| BC2 Construtora Ltda Me | 202 | |
| Tuna Comércio Tec. Para Veiculos Ltda | 173 | |
| Semear Serviços Ltda | 146 | 221 |
| Fornecedores diversos | 1.375 | 693 |
| | 11.896 | 1.856 |

O saldo em 31 de dezembro de 2015 de R$ 7.806 (em 31 de dezembro de 2014 não houve medição) é composto substancialmente pelos montantes registrados em decorrência dos boletins de medição de obra do Consórcio Sistema BA 093, responsável pela construção do sistema rodoviário, formado pelas partes relacionadas, Construtora OAS Ltda. e Construtora Norberto Odebrecht S.A. (“CNO”).

## 12 Empréstimos, financiamentos e debêntures

### (i) Composição

| | Moeda | Encargos financeiros | 31 de dezembro de 2015 | 31 de dezembro de 2014 |
|---|---|---|---|---|
| Desenbahia – Agência de fomento 2º ciclo (i) | R$ | TJLP + 3% a.a. | 29.220 | 30.064 |
| BNB - Contrato de financiamento 2º ciclo (ii) | R$ | 2,97% a.a. | 185.862 | 181.915 |
| Debêntures (iii) | R$ | DI + 2,5% a.a. | 36.522 | 37.947 |
| Desenbahia – Agência de fomento | R$ | TJLP + 3% a.a. | 13.199 | 14.048 |
| Desenbahia – Agência de fomento | R$ | 10% a.a. | 26.924 | 28.654 |
| BNB - Contrato de financiamento (iv) | R$ | 10% a.a. | 249.822 | 253.702 |
| BNB - Contrato de financiamento (v) | R$ | TJLP + 4% a.a. | 12.937 | 14.191 |
| Custos de captação | R$ | | (2.882) | (3.171) |
| | | | 551.604 | 557.350 |
| (- ) Circulante | | | (20.054) | (14.738) |
| Não circulante | | | 531.550 | 542.612 |

(i) Em 21 de dezembro de 2012, foi firmado um contrato de financiamento junto ao Desenbahia no valor de R$ 30.000, que foi liberado em 27 de junho de 2013. O prazo do financiamento é de 240 meses, com carência de 30 meses, contados a partir da data assinatura do contrato. A taxa de juros contratual é de 3,00% ao ano + TJLP (taxa de juros de longo prazo).

(ii) Em 12 de dezembro de 2012, foi firmado um contrato de financiamento junto ao BNB no valor de R$ 188.435 que foram liberados em 6 parcelas, sendo que até 31 de dezembro de 2014 foram liberadas 5 parcelas totalizando o montante de R$181.637. O prazo de financiamento é de 240 meses, com carência de 30 meses, contados a partir da data da assinatura do contrato. A taxa de juros contratual é de 2,97% ao ano, com bônus de adimplência de 15% da taxa de juros anual.

(iii) Em 17 de dezembro de 2012, a Companhia realizou a segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor total de R$ 38.000 junto ao BNB, cuja liberação financeira ocorreu em 13 de maio de 2013. O prazo para pagamento é de 84 meses com, com carência de 30 meses, contados a partir da data da assinatura do contrato. A taxa de juros contratual é de 2,5% ao ano mais DI (depósito interbancário). O valor liberado na operação da segunda emissão de debêntures foi utilizado para liquidação da primeira emissão no montante de R$ 35.000. As debêntures têm como garantia o penhor de ações e direitos creditórios e emergentes e não são conversíveis em ações.

(iv) Em 10 de agosto de 2011, foi firmado um contrato de financiamento junto ao BNB no valor de R$ 254.139 (R$ 2.933 de encargos financeiros em 31 de dezembro de 2013) que foram liberados em 8 parcelas. O prazo do financiamento é de 240 meses, com período de carência de 30 meses, contados a partir da data de assinatura do contrato.

(v) Em 29 de abril de 2011, foi firmado um contrato de financiamento junto ao BNB no valor de R$ 15.645, pelo prazo de 180 meses, com período de carência de 30 meses, contados a partir da data de assinatura do contrato. A taxa de juros contratual é de 4% ao ano mais TJLP. Até 31 de dezembro de 2013 foram liquidados R$ 204.

As garantias para os empréstimos obtidos junto ao Desenbahia e BNB são penhora de ação, suporte de acionista, direitos creditórios e emergentes.

### (ii) Prazos de vencimento

Os montantes não circulantes têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

| | 31 de dezembro de 2015 | 31 de dezembro de 2014 |
|---|---|---|
| 2016 | | 15.494 |
| 2017 | 24.743 | 21.732 |
| 2018 | 25.130 | 25.272 |
| 2019 | 28.137 | 28.293 |
| 2020 | 22.008 | 22.146 |
| 2021 até 2032 | 431.532 | 429.676 |
| | 531.550 | 542.613 |

### (iii) Fundos restritos

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo da rubrica de Fundos restritos no montante de R$ 20.215 (31 de dezembro de 2014, R$ 22.778) é mantido como garantia de pagamento do valor correspondente as três maiores parcelas dos financiamentos com o BNB do 1º ciclo (Fundo de Amparo ao Trabalhador ("FAT") BNB, Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste ("FNE") BNB e FNE Desenbahia) e 2º ciclo (FNE BNB), conforme previsto no contrato firmado junto à instituição financeira. O fundo é remunerado entre 98% e 100% do CDI, com vencimento em 2031.

## 13 Obrigações sociais e trabalhistas

| | 31 de dezembro de 2015 | 31 de dezembro de 2014 |
|---|---|---|
| Participação nos lucros e resultados - PLR | 1.435 | 1.539 |
| Provisão de férias | 1.287 | 1.287 |
| Outros | 588 | 743 |
| | 3.310 | 3.569 |

## 14 Contingências

### (a) Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia possui provisionado o montante de R$ 401 (31 de dezembro de 2014, R$ 348) relacionado a ações judiciais cíveis e trabalhistas decorrentes do curso normal de suas atividades**.** A administração considera que a probabilidade de êxito para esses processos é remota.

Não é esperada nenhuma exigibilidade relevante resultante dos passivos contingentes, além daquelas provisionadas.

| | Trabalhistas | Cíveis | Total |
|---|---|---|---|
| Em 1º de janeiro de 2015 | 20 | 328 | 348 |
| Debitado à demonstração de resultado | 3 | 50 | 53 |
| Em 31 de dezembro de 2015 | 23 | 378 | 401 |

**(b) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço**

A Companhia tem ações de natureza cível, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

| | 31 de dezembro de 2015 | 31 de dezembro de 2014 |
|---|---|---|
| Processos cíveis | 1.789 | 781 |
| Processos trabalhistas | 60 | 49 |
| | 1.849 | 830 |

## 15 Patrimônio líquido

### Capital social

Em 31 de dezembro de 2015 o capital social subscrito e integralizado é de R$ 247.000 (R$181.000 em 31 de dezembro de 2014) representado por 311.537.370 de ações ordinárias e sem valor nominal, sendo 155.768.685 ações subscritas pela acionista OTP e 155.768.685 de ações subscritas pela Invepar.

A movimentação durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 pode ser assim sumarizada:

- Em 1º de dezembro de 2015, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital da Companhia em R$ 25.000 passando dos atuais R$ 222.000 R$ 247.000, mediante a emissão de 36.811.998 (trinta e seis milhões, oitocentas e onze mil, novecentas e noventa e oito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R$ 0,6791264066 (seis bilhões, setecentos e noventa e um milhões, duzentos e sessenta e quatro mil e sessenta e seis décimos de bilionésimos de real) em moeda corrente do país. A subscrição e integralização das ações ocorreu de forma proporcional à participação de cada acionista.

- Em 30 de outubro de 2015, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital da Companhia em R$ 19.000 passando dos atuais R$ 203.000 para R$ 222.000, mediante a emissão de 29.982.256 (vinte e nove milhões, novecentos e oitenta e dois mil, duzentos e cinquenta e seis) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, pelo preço de emissão de R$0,6337081610 (seis bilhões, trezentos e trinta e sete milhões, oitenta e um mil, seiscentos e dez décimos de bilionésimos de real), em moeda corrente do país. A subscrição e integralização das ações ocorreu de forma proporcional à participação de cada acionista.

- Em 12 de agosto de 2015, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital da Companhia em R$ 22.000 passando de R$ 181.000 para R$ 203.000, mediante a emissão de 34.716.296 (trinta e quatro milhões, setecentos e dezesseis mil, duzentos e noventa e seis) de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, pelo preço de emissão de R$ 0,6337081615 (seis bilhões, trezentos e trinta e sete milhões e oitenta e um mil, seiscentos e quinze décimos de bilionésimos de real), em moeda corrente do país. A subscrição e integralização das ações ocorreu de forma proporcional à participação de cada acionista.

| | 31 de dezembro de 2015 | | | 31 de dezembro de 2014 |
|---|---|---|---|---|
| **Acionistas** | **Capital subscrito** | **Capital integralizado** | **Ações ordinárias** | **Capital subscrito e integralizado** |
| OTP | 123.500 | 123.500 | 155.768.685 | 90.500 |
| Invepar | 123.500 | 123.500 | 155.768.685 | 90.500 |
| | 247.000 | 247.000 | 311.537.370 | 181.000 |

## 16 Contratos

### (a) Contrato de concessão

Contrato firmado em 17 de agosto de 2010 entre o Estado da Bahia, por intermédio da Secretaria de Infraestrutura do estado da Bahia ("SEINFRA") e a Companhia, tendo como objeto a exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoramento, conservação, implantação de capacidade do Sistema Rodoviário "Concessão" dos trechos: BA093, BA512, BA521, BA524, BA526 e BA535, mediante a prestação de serviço pela concessionária pelo prazo de 25 anos, a partir da data de assinatura do contrato.

A Companhia deverá executar as obras de construção da rodovia seguindo a metodologia de execução pré-estabelecida, além de elaborar os estudos e projetos executivos e obter as licenças necessárias, incluindo as relacionadas à proteção ambiental.

Em 25 de setembro de 2014 foi assinado o 2º termo aditivo ao Contrato de Concessão nº 01/2010 com finalidade de incluir o trecho situado entre o km 18,5 da BA-526 e o km 8,5 da BA 099 para ser construído pela Concessionária e aditado em 5 (cinco) anos a vigência do Contrato, passando de 25 para 30 anos.

Durante o prazo de concessão, a Companhia deverá contratar e manter em vigor apólices de seguro de riscos operacionais, seguro garantia, seguro de cascos da frota de veículos e seguro de responsabilidade civil.

A Companhia assumiu os seguintes principais compromissos decorrentes da concessão:

- Implantação de terceiras faixas
- Duplicação
- Implantação de acostamento
- Implantação de passarelas para pedestres
- Adequação de paradas de ônibus em trechos urbanos
- Instalação de cabines de pedágio

### (b) Contrato de engenharia

Contrato firmado em 18 de agosto de 2010 tendo como contratada o Consórcio Sistema BA 093, constituído pelas empresas Construtora Norberto Odebrecht S/A. ("CNO") e Construtora OAS Ltda. ("OAS'), com objetivo a execução das obras civis, compreendendo os projetos funcionais e projetos executivo dos serviços de recuperação, ampliação e melhoria descritos no contrato de concessão.

O valor global do contrato é de R$ 576.631 e abrange os serviços e fornecimentos relacionados a execução das obras civis tendo por data base fevereiro de 2010. Até 31 de dezembro de 2015, foi investido o montante de R$ 573.903.

Em 12 dezembro de 2014 foi assinado o aditivo ao contrato com o Consorcio Sistema Ba 093 com o objetivo de executar, na modalidade empreitada por preço global e prazo determinado, todas as obras e serviços necessários a implantação da Via Expressa Contorno Lauro de Freitas. O valor global do aditivo é de R$ 233.774. Até 31 de dezembro de 2015, foi investido o montante de R$ 54.414.

Em 20 de julho de 2015 foi assinado termo aditivo ao contrato com o Consorcio Sistema Ba 093 com objetivo de indenizar todos os custos extraordinários verificados nas obras civis originalmente contratadas, que não contemplam a implantação da Via Expressa. Foi acrescido ao preço global o valor de R$ 31.309, já registrado no intangível.

## 17 Receitas

| | 31 de dezembro de 2015 | 31 de dezembro de 2014 |
|---|---|---|
| Receita de construção (i) | 123.904 | 118.416 |
| Receitas de pedágio (ii) | 112.986 | 108.071 |
| Receitas acessórias | 4.370 | 1.990 |
| Impostos e contribuição sobre serviços | (10.588) | (9.588) |
| Receita líquida | 230.672 | 218.889 |

(i) Para constituir o valor da receita de obras de infraestrutura, a Companhia utiliza como base, os itens 13 e 14 da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, na qual a Companhia deve reconhecer e mensurar a receita dos serviços prestados ou melhoria por referência ao estágio de conclusão da construção, sendo a receita medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, conforme orientação do CPC 17 – Contratos de Construção e conforme descrito na Nota 2.17.

(ii) Receita de pedágio oriunda de pagamentos efetuados pelos usuários.

## 18 Custos

### (a) Custo de construção

Os custos de obra de infraestrutura referem-se aos custos apurados e lançados, tomando-se por base as orientações contidas na Instrução Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão.

A Companhia reconheceu no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o montante de R$ 122.656 (em 31 de dezembro de 2015 – R$ 117.229) como custo de construção, sendo respectiva receita mensurada considerando uma margem de 1%.

### (b) Custo dos serviços prestados

| | 31 de dezembro de 2015 | 31 de dezembro de 2014 |
|---|---|---|
| Custo de operação | | |
| Custos com pessoal | 14.147 | 13.097 |
| Prestadores de serviços | 13.432 | 12.636 |
| Depreciação e amortização | 34.799 | 23.920 |
| Custos contratuais da concessão | 3.962 | 3.579 |
| Material, equipamentos e veículos | 1.824 | 1.730 |
| Gastos gerais | 1.554 | 1.222 |
| Outros custos operacionais | 1.587 | 240 |
| | 71.305 | 56.424 |

## 19 Despesas gerais e administrativas

| | 31 de dezembro de 2015 | 31 de dezembro de 2014 |
|---|---|---|
| Despesas com pessoal | 5.628 | 6.756 |
| Prestadores de serviços | 2.356 | 2.592 |
| Gastos gerais e administrativos | 3.506 | 3.870 |
| Honorários da diretoria | 1.668 | 1.655 |
| | 13.158 | 14.873 |

## 20 Imposto de renda e contribuição social diferidos

### (a) Composição do imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui registrados impostos diferidos passivos no montante de R$6.648 (em 31 de dezembro de 2014 - R$ 6.324), calculados sobre a margem de construção do ativo intangível da concessão, conforme ICPC 01, a alíquota de 34%.

Os saldos do passivo diferido apresentam-se como segue:

| | 31 de dezembro de 2015 | 31 de dezembro de 2014 |
|---|---|---|
| IR e CSLL sobre margem de construção e diferença fiscal temporaria (34%) | 6.647 | 6.324 |
| | 6.647 | 6.324 |

### (b) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

| | 31 de dezembro de 2015 | 31 de dezembro de 2014 |
|---|---|---|
| Resultado antes do imposto de renda e contribuição social | (7.276) | 4.055 |
| Imposto de renda (IR) e Contribuição Social (CSLL) à alíquota de 34% | 2.474 | (1.379) |
| Ajustes para apuração da alíquota efetiva: | | |
| Adições permanentes, líquidas | (147) | (200) |
| Exclusão de imposto diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa não constituído (i) | (2.650) | (2.272) |
| Efeito de IR e CSLL no resultado | (323) | (3.851) |
| IR e CSLL diferidos | (323) | (3.851) |
| Total da despesa com IR e CSLL | (323) | (3.851) |

(i) Imposto de renda diferido ativo sobre prejuízos fiscais, cujo saldo acumulado em 31 de dezembro de 2015 totaliza R$ 39.390 sendo R$ 5.461 gerados em 2015. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos somente quando se considere provável que haja lucro tributário futuro e contra o que esses créditos fiscais possam ser usados. Anualmente, a Companhia avalia a probabilidade de ocorrência de lucro tributável e a consequente contabilização dos tributos diferidos ativos.

**Regime tributário de transição ("RTT")**

Em 1º. de janeiro de 2015 entrou em vigor a Lei nº 12.973/14, tendo em vista que a Companhia decidiu não antecipar os efeitos desta lei em 2014. A partir de 2015, foram abertas as subcontas para registro das diferenças positivas e negativas entre os valores dos ativos mensurados conforme a legislação societária e os valores mensurados de acordo com os critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007 (RTT), para que o efeito tributário desses ajustes seja dado à medida da realização desses ativos.

## 21 Resultado financeiro, líquido

| | 31 de dezembro de 2015 | 31 de dezembro de 2014 |
|---|---|---|
| **Receita financeira** | | |
| Descontos obtidos | 1 | 4.416 |
| Rendimento de aplicação financeira | 5.755 | 4.881 |
| Atualização monetária | 227 | 199 |
| | 5.983 | 9.496 |
| **Despesa financeira** | | |
| Juros de empréstimos | (35.240) | (34.992) |
| IOF | (53) | (14) |
| Outras despesas | (1.492) | (947) |
| | (36.785) | (35.953) |
| **Despesas financeiras, liquidas** | (30.802) | (26.457) |

## 22 Saldos e transações com partes relacionadas

Os saldos e transações com partes relacionadas referem-se ao contrato de execução de obras (Nota 16 (b)), firmado em 18 de agosto de 2010 junto à CNO e OAS.

| | 31 de dezembro de 2015 | 31 de dezembro de 2014 |
|---|---|---|
| **Ativo não circulante** | | |
| Adiantamento a fornecedor Nota 10 | 9.547 | 11.825 |
| **Passivo circulante** | | |
| Fornecedor | 7.806 | |

| | 31 de dezembro de 2015 | 31 de dezembro de 2014 |
|---|---|---|
| **Resultado** | | |
| Custo de construção (Nota 18(a)) | (122.656) | (117.229) |

### (a) Remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 a Companhia registrou o montante de R$ 1.669 (31 de dezembro de 2014 R$ 1.655), referente remuneração dos administradores.

## 23 Prejuízo por ação

### (a) Básico

O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

| | 31 de dezembro de 2015 | 31 de dezembro de 2014 |
|---|---|---|
| Lucro atribuível aos acionistas da Companhia | (7.599) | 204 |
| Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares) | 231.556 | 173.289 |
| Lucro básico por ação - R$ | (0,033) | 0,001 |

## 24 Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos.

A Companhia mantém seguros de risco nomeados e operacionais, responsabilidade civil e seguro garantia para garantir uma efetiva cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades e o pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato de concessão.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui contratos junto ao Tokio Marine, Austral, AXA Seguros, XL Seguros Brasil S.A., HDI Gerling Seguros, através da Odebrecht Corretoras de Seguros (OCS Seguros) e

THB Brasil, tendo a AGERBA como favorecida do seguro garantia e a Companhia os seguros de riscos de engenharia, operacional e civil, demonstrados a seguir:

| Modalidade | Vigência até | Cobertura |
|---|---|---|
| Responsabilidade civil | abril/2016 | 40.000 |
| Riscos operacionais | agosto/2016 | 200.000 |
| Responsabilidade civil geral | agosto/2016 | 30.000 |
| Seguro garantia | agosto/2016 | 51.326 |
| Automóveis | setembro/2016 | 110% tabela FIPE |

## 24 Eventos subsequentes

### (a) Financiamentos

Em 22 de fevereiro de 2016 foi realizada a liberação da primeira parcela do financiamento contratado junto ao BNB em 26 de novembro de 2014, com juros de 8,24% a.a. no montante de R$ 54 MM. O financiamento será amortizado em 240 meses com carência de 36 meses.

Estes recursos serão utilizados para financiar as obras da Via Metropolitana Lauro de Freitas.

* * *